

## SUMÁRIO

LINHA DE CHEGADA – PREFEITURA DE IPOJUCA.....	2
Licitações e Contratos: conceitos, princípios, características, fases, Lei 8.666/93 e Lei Federal nº 14.133/2021. ....	2

## LINHA DE CHEGADA – PREFEITURA DE IPOJUCA

### LICITAÇÕES E CONTRATOS: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, FASES, LEI 8.666/93 E LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1.) Para os fins do Parágrafo Único do art. 2º da Lei 8.666/1983, “considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”. Para caracterizar o contrato administrativo, não basta o consenso das partes; é necessário, ainda, que se observem certos requisitos formais indispensáveis. Abaixo estarão descritos alguns deles. Assinale a alternativa que não contenha um desses requisitos:

- A) Devem ser formais e escritos, podendo ser verbais para pequenas compras.
- B) A formalização, por escrito, dos contratos ocorre, regra geral, nas repartições interessadas, facilitando assim o controle interno e externo exercido por parte dos órgãos competentes. A exceção dos contratos relativos a direitos reais sobre imóveis, nos quais se exige que o instrumento de contrato seja lavrado em cartório de notas.
- C) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos cujo valor se enquadre nos limites de concorrência e de tomada de preços; é facultativo nas compras com entrega imediata e integral, independentemente do valor, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.
- D) Serão publicados, na imprensa oficial, apenas os resumos dos contratos de grande valor, submetidos à concorrência e à tomada de preço.
- E) Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados intuitu personae, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, as quais são apuradas no procedimento da licitação.

2.) Para Hely Lopes Meirelles (2009, p.201), uma licitação pode ser REVOGADA. O Art. 49 da Lei 8.666/93 trata sobre o tema. Assinale abaixo a alternativa que não contenha uma afirmação verdadeira sobre a revogação:

- A) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- B) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- C) Sendo a licitação uma iniciativa da Administração Pública em cujos atos prevalece o interesse público, declarado nulo o procedimento licitatório, não gerará para a contratante (administração), em qualquer caso, a obrigação de indenizar o possível contratado.

D) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

E) Existindo o desfazimento do processo licitatório, restarão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.) Define-se Licitação Pública como o conjunto de procedimentos administrativos destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração. Regra geral, os serviços, as obras, as compras e locações da administração são, necessariamente, precedidas de licitação. Desta forma, o governo deve comprar e contratar serviços seguindo estritas regras previstas na Lei de Licitações e Contratos. Contudo, a Administração também cuidou de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais e assim, por permissão legal, efetuar a compra de materiais, bens e serviços ou mesmo a contratação de obras dispensando a licitação. Também criou situações de inexigibilidade quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os diversos contratantes. Assinale abaixo a alternativa na qual não está contemplada uma hipótese de dispensa de licitação:

A) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

B) Para as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

C) Para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

D) Para a compra ou locação de imóvel, destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

E) Para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

4.) Nos termos da Lei 8.666/93, “considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”. Os contratos administrativos clássicos são os que têm como objeto obras, compras, serviços, alienações, concessões, permissões e locações (Art.2º da Lei). Sendo o órgão estatal uma das partes do vínculo contratual, não podem prevalecer os mesmos preceitos aplicáveis aos contratos firmados entre particulares.

Sobre o tema, qual das alternativas abaixo traz como conteúdo a definição do instituto da “não invocação da exceção do contrato não cumprido – exception non adimpleti contractus”, presente na relação contratual firmada com o poder público?

A) É a imposição de sanções por atraso ou inexecução sem a necessidade de pronunciamento de qualquer outro poder ou órgão.

B) É o encerramento da vigência do contrato, antes do prazo final estipulado, sem a anuência do contratado, uma vez que houve descumprimento de cláusulas ou por razões de interesse público.

C) É impossibilidade do contratado invocar o descumprimento de causas contratuais pela administração, tentando eximir-se do cumprimento de seus encargos. Em virtude do interesse público, a execução de um contrato firmado com a administração não pode ser interrompido.

D) É a possibilidade da Administração, objetivando melhor adequá-lo às finalidades do interesse público, modificar unilateralmente o contrato, sem consentimento do contratado, respeitando, contudo, seus direitos.

E) É a responsabilização do contratado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Sem que a responsabilidade do contratado seja reduzida ou excluída, a administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado para que possam ser identificadas irregularidades e/ou defeitos.

5.) A empresa ZZZ está comercializando medicamentos destinados ao tratamento de doença rara, definida pelo Ministério da Saúde, e determinada entidade da Administração Pública Indireta precisa adquirir tais fármacos. Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações, assinale a afirmativa que apresenta como poderá ocorrer esta contratação.

A) A licitação neste caso é dispensável.

B) Trata-se de uma das hipóteses legais de inexigibilidade de licitação.

C) A licitação poderá ser inexigível, caso a contratação envolva valores inferiores a cinquenta mil reais.

D) Por se tratar de entidade da Administração Pública Indireta, faz-se necessário o procedimento licitatório.

6.) Segundo a lei 8.666/93 são modalidades de licitação, EXCETO:

A) Cártula

B) Concorrência

C) Convite

D) Concurso

E) Tomada de preços

7.) Assinale a assertiva que não representa uma das modalidades de licitação prevista na lei nº 14.133/2021.

- A) Pregão.
- B) Leilão.
- C) Concurso.
- D) Diálogo competitivo.
- E) Lance oferta.

8.) O processo de licitação observará as seguintes fases, com exceção de uma, assinale:

- A) preparatória.
- B) de divulgação do contrato de licitação.
- C) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso.
- D) de julgamento.
- E) de habilitação.

9.) Em 2021 foi aprovada a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) para disciplinar, entre outras questões, as compras realizadas pela Administração Pública.

Acerca dessa Nova Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que

- A) é aplicável a toda a Administração Pública, sem exceções.
- B) revogou imediatamente a Lei nº 8.666/1993, responsável por reger as compras públicas até então.
- C) excluiu a possibilidade de pregão como modalidade de compra.
- D) permite a continuidade do uso da Lei nº 8.666/1993 nos contratos em vigor celebrados sob a égide da antiga Lei de Licitações.
- E) pode ser utilizada em combinação com os dispositivos da Lei nº 8.666/1993, possibilitando maior celeridade.

10.) Assinale a alternativa correta acerca da modalidade de licitação chamada concurso.

- A) Nessa modalidade, os licitantes fazem lances sucessivos e o contrato é celebrado com aquele que ofertar a melhor proposta.
- B) É uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, de forma eletrônica ou presencial.
- C) Os interessados participam do leilão, oferecendo lances sucessivos até que seja definido o arrematante.

D) É empregado para a alienação de bens móveis inservíveis para a administração pública, como veículos, equipamentos obsoletos, sucatas, entre outros.

E) É uma modalidade de licitação utilizada para selecionar trabalhos técnicos ou artísticos, como projetos arquitetônicos, literários, entre outros.

11.) Determinado órgão público constatou a necessidade de licitar utilizando a modalidade Diálogo Competitivo, pois precisa de um sistema que ainda não existe em qualquer outro lugar e que organize a rotina de trabalho de uma nova repartição do referido órgão. Diante do exposto, assinale a afirmativa que demonstra corretamente características da modalidade Diálogo Competitivo, considerando a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

A) Nesta modalidade, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas.

B) O órgão deverá revelar aos outros licitantes as soluções propostas por cada concorrente, independente de consentimento, a fim de encontrar a tecnologia que melhor atenda a demanda licitada.

C) Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos somente os candidatos previamente convidados e que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

D) O órgão deverá apresentar, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de trinta dias corridos para manifestação de interesse na participação da licitação.

12.) João, servidor público, foi informado por seu superior hierárquico a respeito do interesse em se formar um sistema de registro de preços, no âmbito da respectiva estrutura estatal de poder, com o objetivo de registrar formalmente os preços de certos bens para aquisição futura.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, João concluiu, corretamente, que esse sistema de registro será estabelecido:

A) sempre mediante contratação direta;

B) sempre mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência;

C) sempre mediante licitação, nas modalidades convite, pregão ou concorrência;

D) mediante contratação direta ou licitação, nas modalidades pregão ou concorrência;

E) mediante contratação direta ou licitação, nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência.

13.) Apesar de estar expressamente previsto na Lei nº 8.666/1993 a garantia do princípio da isonomia nos procedimentos licitatórios, foram estabelecidas situações em que essa regra poderia ser flexibilizada, visando à seleção da proposta mais vantajosa e à promoção

do desenvolvimento nacional sustentável, a exemplo da possibilidade de instituição de margem de preferência a determinados candidatos.

Considerando a margem de preferência, prevista na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que ela pode ser estabelecida para

- A) serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de vagas de egressos do sistema prisional.
- B) produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.
- C) produtos e serviços produzidos no exterior com mão de obra brasileira.
- D) bens comuns que sejam fornecidos por empresas com capital majoritariamente nacional.
- E) produtos e serviços desenvolvidos por empresas que promovam ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho.

14.) Em janeiro de 2022, a sociedade empresária Gama, após processo licitatório, celebrou contrato administrativo com a União, por meio do Ministério Beta, para prestação de determinados serviços. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Gama prestou declaração falsa e praticou ato fraudulento, causando danos à União, em razão da prestação dos serviços contratados de forma diversa do que foi acordado, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo.

Após regular processo administrativo, observando todas as cautelas legais, com base na Lei nº 14.133/2021, a União deve aplicar à sociedade empresária Gama a sanção administrativa de:

- A) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de três anos;
- B) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública federal, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos;
- C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos;
- D) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos;
- E) ressarcimento integral do dano ao erário, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, e impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de oito anos.

15.) Assinale a opção que indica o princípio da licitação que visa a assegurar, a qualquer interessado, participar ou fiscalizar um processo licitatório.

- A) Princípio da Publicidade.
- B) Princípio da Impessoalidade.

- C) Princípio da Legalidade.
- D) Princípio da Igualdade.
- E) Princípio da Proibição.

GABARITO

1.D 2.C 3.C 4.C 5.A 6.A 7.E 8.B 9.D 10.E 11.A 12.D 13.B 14.C 15.A